



Sociedade e Cultura

ISSN: 1415-8566

brmpechincha@hotmail.com

Universidade Federal de Goiás

Brasil

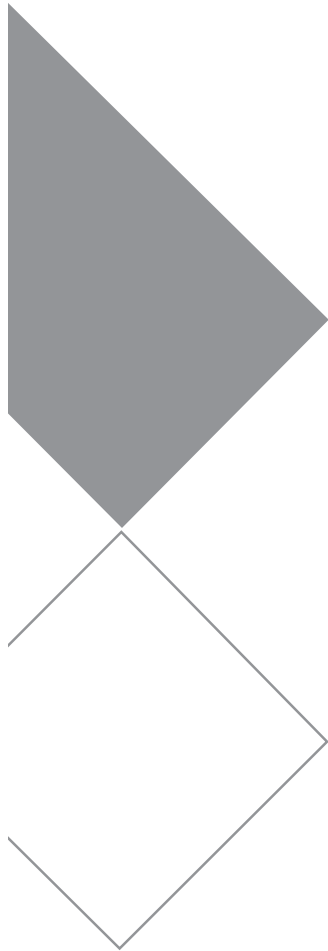
Santos, Sônia Beatriz dos
As ONGs de mulheres negras no Brasil
Sociedade e Cultura, vol. 12, núm. 2, julio-diciembre, 2009, pp. 275-288
Universidade Federal de Goiás
Goiania, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=70312344007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



As ONGs de mulheres negras no Brasil

SÔNIA BEATRIZ DOS SANTOS

PhD em Antropologia (University of Texas, Austin)

Professora do Centro Universitário Celso Lisboa

Rio de Janeiro, Brasil

soniabsantos@yahoo.com

Resumo

Este artigo analisa a presença e a ação política das organizações não governamentais (ONGs) de mulheres negras no Brasil. Na primeira parte, identifico quais têm sido os objeto da luta coletiva das mulheres negras no Brasil e como estes se vinculam ao processo de emancipação destas mulheres dos Movimentos Negro e Feminista, culminando na subsequente formação do feminismo negro (e do movimento de mulheres negras). A segunda parte discute os aspectos político-organizacionais e a ação política deste grupo de ONGs na sociedade brasileira. Em particular, analiso o que denotem de perspectiva racial de gênero das ONGs de mulheres negras; tal perspectiva reflete a singular condição de opressão – ou seja, a intersecção de raça, gênero, (e classe, sexualidade) – vivenciada por este grupo. Concluo o artigo discutindo a dimensão diaspórica da perspectiva racial de gênero das mulheres negras brasileiras.

Palavras-chave: organizações não governamentais de mulheres negras brasileiras; ONGs; feminismo negro; raça; gênero.

Introdução

Ser mulher negra tem dois lados. O lado áspero, de ser maltratada em qualquer lugar; todo mundo é mal-educado com você; todo mundo sente vontade de ser mau educado com você. E tem o outro lado, que é o da aglutinação; eu sendo mulher negra, também... tem um coletivo a que eu me reporto que é enorme em qualquer parte, aqui no Rio de Janeiro, ou Salvador, ou em São Luís do Maranhão, em Belém... em qualquer lugar que eu vá, ou em boa parte dos lugares que eu vou, tem um coletivo de milit.... [militantes], de outras mulheres negras; de outras mulheres negras que se apresentam enquanto mulheres negras; a história está pela diáspora. E em todas estas atividades tem sempre alguém mal educado pra você apertar a mão... (Trecho da entrevista com Jurema Werneck, feminista negra e coordenadora geral da NGO Criola, Rio de Janeiro), (apud Santos, 2008, p. 258).

O PRESENTE ARTIGO PROPÕE NUMA ANÁLISE acerca da presença e da ação política das organizações não governamentais (ONGs) de mulheres negras no Brasil. Para tanto, inicio esta discussão resgatando o contexto socioeconômico e político no qual essas organizações emergiram, em particular, no que se refere à formação do feminismo negro, orientação política fundante das ONGs de mulheres negras. O artigo está dividido em duas partes. Na primeira, identifico quais têm sido os objetos da luta coletiva das militantes negras no Brasil e como estes se vinculam ao processo de emancipação das mulheres negras dos movimentos negro e feminista, culminando na subsequente formação do feminismo

política desse grupo de ONGS na sociedade brasileira. Em particular, examino o que considero o elemento fundamental que distingue as ONGs de mulheres negras de outras organizações da sociedade civil em geral, a saber, o desenvolvimento de suas ações políticas sob uma perspectiva racial de gênero¹. Essa perspectiva tem sua origem na singular condição de opressão das mulheres negras, a qual caracteriza-se pela interseção das discriminações de raça e gênero – bem como classe e sexualidade, que são frequentemente reapropriadas pelas duas primeiras, formando um quadro de desigualdades e discriminação ainda mais complexo (Crenshaw, 1995; Crenshaw, 2000; Werneck, 2001a). Nesse sentido, utilizando-se de um viés racial de gênero, as ações e intervenções das ONGs de mulheres negras têm se pautado pelo monitoramento e combate das causas e efeitos dessa forma singular de opressão nas várias esferas da sociedade brasileira, sobretudo na área de políticas públicas (Carneiro, 2003; Werneck, 2006). Um bom exemplo desses esforços pode ser observado na área de saúde das mulheres negras, o qual explorarei mais detidamente na última parte do artigo. E concluo o texto discutindo a dimensão diaspórica da perspectiva racial de gênero das mulheres negras brasileiras.

As organizações não governamentais de mulheres negras não constituem a única forma pela qual as mulheres negras têm se engajado coletivamente na luta contra as formas de opressão no país. Muitas mulheres negras encontram-se organizadas em associações de moradores (Perry, 2004; Perry, 2005), em partidos políticos, sindicatos, grupos culturais, artísticos, literários (Souza e Evaristo, 1998) e em organizações religiosas, tais como as de matriz africana (Theodoro, 1996; Joaquim, 2001, Yemonjá, 2002; Bernardo, 2003), as pastorais da Igreja Católica e mesmo em alguns setores de igrejas protestantes – a exemplo da Igreja Metodista. Essa pluralidade da organização coletiva das mulheres negras no Brasil ainda está por ser apropriadamente analisada e explorada como formas expressiva do antirracismo produzido pelas mulheres afro-descendentes no país. Minha escolha pela reflexão acerca das ONGs de mulheres negras deve-se ao destaque que estas têm tido no cenário nacional e internacional, no fortalecimento das intervenções das mulheres e comunidades negras na arena das políticas públicas, visando à melhoria da qualidade de vida destas e lhes garantindo direitos sociais, econômicos e políticos (Werneck, 2006).

I. O “lado áspero”: os objetos da luta coletiva das mulheres negras no Brasil

A expressão “lado áspero” de ser mulher negra, trazida pela feminista negra Jurema Werneck em uma de nossas entrevistas para a pesquisa de doutorado, traduz-se numa síntese da situação de opressão e violação de direitos humanos vivenciada histórica e cotidianamente pelas mulheres negras na sociedade brasileira. Tais circunstâncias adversas têm constituído os objetos das lutas coletivas das ativistas e feministas negras no Brasil. Uma análise acurada sobre a história contemporânea do movimento de mulheres negras brasileiras nos permite identificar a complexidade desses objetos de lutas, originados a partir de questões sociais, políticas e econômicas. São também esses objetos de lutas os motivos que levariam na década de 1970 uma grande parte das mulheres negras a emancipar-se dos movimentos feminista e negro, fundando o feminismo negro no país.

Os trabalhos de Rosália Lemos (1997), Eliane Santos (2002), e Raquel Barreto (2005), dentre outros, apontam a década de 1970 como o período em que as mulheres negras alavacaram seu processo organizativo, o qual teria forjado as bases estruturais para a formação das organizações de mulheres negras contemporâneas, que teve como uma de suas primeiras expressões a organização da – Reunião de Mulheres Negras Aquatume (Reunima), na cidade do Rio de Janeiro, em 1978,² seguida pelo surgimento fenomenal destas organizações nos anos de 1980, 1990 e 2000 (ver quadro 1, ao final do artigo). Contudo, é preciso destacar ainda que anteriormente a esse movimento de 1978, a historiografia do movimento de mulheres negras registra a existência do conselho nacional de mulheres negras,³ também fundado no Rio de Janeiro. Segundo Rosália Lemos (1997), o conselho podia ser “traduzido como mais um passo na organização de um pensamento que une a etnia e o gênero feminino” (p. 117).

Rosália Lemos (1997) identificou dois fatores cruciais para a emancipação das mulheres negras e a formação do feminismo negro. O primeiro seriam as aspirações políticas das mulheres negras, que deseja-

¹ Utilizo o termo “racial de gênero” como tradução do termo “gendered racial”, que é um conceito empregado por intelectuais da teoria crítica em raça e gênero nos Estados Unidos, para qualificar a especificidade do gênero em interfaces com a raça, a exemplo das análises da socióloga e feminista afro-americana Patricia Collins, em seu livro *black sexual politics: african americans, gender, and the new racism*. New York: Routledge, 2004.

² Embora eu não disponha de dados, não descarto a possibilidade da existência de outras organizações como a Reunima em outras partes do país na década de 1970.

³ O Conselho Nacional de Mulheres Negras teria sido fundado em 12 de maio de 1959 no Rio de Janeiro e era considerado o primeiro organi-

vam emancipar-se tanto do movimento negro quanto do movimento de mulheres, devido às divergências de ordem de gênero no que se refere ao primeiro e racial e de classe no caso do segundo. O outro fator, vinculado às questões do primeiro, dizia respeito a uma necessidade crescente das feministas negras de criar sua própria agenda e demandas políticas.

Os conflitos com o movimento negro

Embora minha reflexão esteja mais centrada nas divergências políticas entre os movimentos feminista e feminista negro, considero de suma importância resgatar os principais entraves das mulheres negras em relação ao movimento negro, que eventualmente as levaram a constituir suas próprias organizações negras. Nesse sentido, Lemos (1997) e Santos (2002) indicam que foi a partir dos anos 70 que as mulheres negras começaram a questionar sua participação junto ao movimento negro e a exigir papel mais ativo no que se referia à luta política, contrapondo-se aos papéis subalternos e às tarefas domésticas, como cozinhar, limpar e secretariar, que eram destinados a elas nos eventos e encontros promovidos pelo movimento (ver também Caldwell, 2007). Segundo Lemos (1997), muitas mulheres negras passaram então a criticar a questão do machismo e sexismo por parte de seus companheiros militantes. Estas, ao mesmo tempo, tentavam organizar no interior do movimento suas próprias atividades, o que causava as mais diversas reações negativas por parte dos homens negros, tais como a ocupação intencional por parte destes das salas de reuniões nos dias em que as mulheres tinham suas atividades programadas. Lemos assinala que essa situação criou uma disputa acirrada por espaço e poder entre homens e mulheres dentro do movimento, produzindo um clima de desconforto e apreensão. Uma das principais acusações dos homens era a de que as mulheres estavam criando um movimento separado. Um outro momento histórico do sexismo (e heterossexismo) dos homens ficou marcado na reação destes ao I Encontro Nacional de Mulheres Negras em 1988, quando eles diziam que “o encontro era uma reunião de ‘sapatonas’ [...], um encontro de lésbicas e não ‘sobraria’ mulheres negras pra eles” (Lemos, 1997, p. 49). O assédio sexual era outra prática abusiva dentro do movimento negro. Foram estas, dentre tantas outras situações divergentes, que levaram as mulheres negras a estabelecer suas próprias organizações. Contudo, é importante ressaltar o depoimento de Jurema Werneck acerca desta separação – segundo ela, “a organização das mulheres negras ‘não foi um racha em relação ao movimento negro, foi sim um salto de qualidade,

Os conflitos com o movimento feminista

Quanto ao movimento feminista, os conflitos em seu interior revelavam que mulheres negras e brancas tinham agendas distintas, difíceis de conciliar. Segundo Lemos (1997), o principal desafio para o movimento de mulheres negras em 1970 era estabelecer quais eram as questões essenciais para as mulheres negras, de um lado, e qual seria a melhor forma de desenvolvimento e aplicabilidade dos conceitos feministas, com fins a organizar o feminismo negro. Para além desse aspecto, o feminismo negro era um conceito recente no Brasil, visto como “um tipo novo de articulação política” (Lemos, 1997, p. 115-118). Uma de suas características marcantes era sua contradição direta com o feminismo (Gonzalez, 1982; Lemos, 1997). Lélia Gonzalez (1982) chamava a atenção para o fato de que “as categorias utilizadas pelo feminismo neutralizavam tanto o problema da discriminação racial quanto do isolamento enfrentado pela comunidade negra na sociedade” (p.100). Outro ponto contraditório importante apresentado por Lemos (1997) diz respeito ao fato de que as feministas tradicionais não queriam discutir as diferenças existentes entre as mulheres que faziam parte do movimento – tais como classe, raça/etnicidade, com a desculpa de que isto iria dividir o grupo (p.119) (ver também Santos, 2002 e Barreto, 2005). As mulheres negras estavam profundamente insatisfeitas com a forma pela qual suas demandas vinham sendo tratadas dentro do movimento feminista e deixavam claro que a existência de desigualdades sociais e raciais dentro do Movimento era o catalisador da divisão. E ainda que sua agenda e seu debate apenas se debruçavam sobre as aspirações das mulheres de classe média (Santos, 2002, p. 7). Essas tensões eventualmente transformaram-se nas razões para rupturas. Segundo Lemos (1997), o IX Encontro Nacional Feminista, em Garanhuns, Pernambuco, em 1987, foi o palco dessa separação em definitivo entre feministas negras e brancas. Nesse encontro, as mulheres negras rejeitaram o projeto que tentava homogeneizar as demandas das mulheres como um todo e, ao fazê-lo, acabaram por revelar diferenças cruciais entre brancas e negras, as quais vinham há muito sendo desconsideradas. Segundo a autora, os indícios de que havia duas vertentes do feminismo – o negro e o branco – coexistindo dentro do movimento trouxeram à tona uma série de questões dentro do feminismo: a constatação da existência do racismo, das diferenças raciais, e do discurso racista e, por fim, de que as feministas não estavam preparadas para discutir esta dimensão do movimento, nem tampouco socializar o poder (Lemos, 1997, p. 121, 123). A expressão “enegrecendo o feminismo” surge como uma crítica ao movimento

Enegrecendo o feminismo é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídas em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pôde-se engendrar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre; delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta antirracista no Brasil. (p. 118)

A necessidade das mulheres negras de estabelecer “novos territórios e autorrepresentações de si próprias as levou a afirmar e reafirmar as diferenças étnicas e a denunciar a existência do racismo na sociedade brasileira” (Lemos, 1997, p. 123), de forma que todas essas tentativas tornavam a convivência entre elas e as outras feministas muito difícil. Lemos afirmava que esta situação conflituosa produzida pelas feministas negras não se tratava apenas de um novo debate, mas sim da própria emergência do feminismo negro em si (1997, p. 121). Tais diferenças originaram-se e eram marcadas por circunstâncias socioeconômicas, históricas, culturais, geográficas e políticas, as quais posicionavam mulheres brancas e negras em lados opostos na sociedade brasileira. Em seu trabalho, Lemos (1997) apresenta um trecho de sua entrevista com a feminista negra Jurema Werneck que parece ilustrar essas circunstâncias opostas – distinções críticas entre o feminismo negro e o feminismo – a que a autora se refere:

tem o subemprego, as questões do trabalho, o direito à procriação que é diferente, porque se a mulher branca reivindica o direito de evitar filhos, a mulher negra reivindica o direito de tê-los, criá-los e vê-los vivos até a velhice. (p. 125)

As questões levantadas por Jurema Werneck chamam a atenção para dois elementos fundamentais que estabelecem e sustentam as desigualdades entre brancos e negros no Brasil – a exploração do trabalho e a violação (e supressão) dos direitos sexuais e reprodutivos. Ambos elementos constituem em poderosos sistemas de dominação do colonialismo utilizados contra as mulheres negras e a população negra como um todo desde a escravidão. Sistemas estes que desde então são constantemente reapropriados pelas

novas versões do colonialismo – neocolonialismo, liberalismo, neoliberalismo, globalização, pós-neoliberalismo⁴ – e que continuam a reproduzir a estrutura de subjugação dessas mulheres e da população negra como um todo. A história nos revela que desde a escravidão, o Brasil tem violado o direito das mulheres negras utilizando-se da exploração de seu trabalho e da apropriação de seus corpos para a exploração sexual e reprodutiva. Estes são também os instrumentos principais utilizados pelo Estado para justificar a discriminação, a violência e a segregação raciais contra a população afro-descendente.

Em relação à violação dos direitos sexuais e reprodutivos no Brasil, nos séculos XVII, XVIII e XIX, observamos o investimento maciço na gravidez forçada das mulheres negras com fins a garantir o mercado de escravos, bem como o aparato escravocrata; no século XX, estas tornaram-se objeto do controle de natalidade, passando pela esterilização em massa e servindo de cobaias para projetos contraceptivos experimentais como o Norplan, em prol do desenvolvimento econômico, situação que perdura até os dias atuais. E, por fim, as mulheres negras têm sido, desde o século XX até as recentes décadas do século XXI, largamente exploradas como objeto de consumo do turismo internacional sexual brasileiro e da rota de tráfico sexual e de seres humanos. O Dossiê Sobre a Situação das Mulheres Negras Brasileiras, da AMNB (2007), indica que “situações de violação dos direitos humanos, como o tráfico internacional de mulheres que mantém cerca de 75 mil brasileiras em países europeus em regime de escravidão, envolvem principalmente jovens negras” (p. 12).

As violações no campo da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos têm sido também um fator que coloca feministas negras e brancas em polos opostos, ainda que existam algumas iniciativas de colaboração entre os dois grupos. Nesse sentido, basta apenas olharmos para a realidade das mulheres negras como principal grupo afetado pela mortalidade materno-infantil, pelo crescimento acelerado da epidemia de HIV/Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis (AMNB, 2001a; Lopes, 2004; Werneck, 2001a; Xavier, 2003; Xavier, 2004).

Quanto ao mercado de trabalho, ainda uma grande parte das mulheres negras encontra-se alocada no trabalho doméstico (em torno de 56%). A história das empregadas domésticas revela a complexidade das desigualdades raciais e de gênero no país: violência sexual e psicológica, privação da liberdade, ambiente de trabalho inóspito e insalubre, baixos salários e pagamentos atrasados representam algumas das circunstâncias adversas vivenciadas cotidianamente por esse grupo de trabalhadoras. Um

outro exemplo que mostra claramente as desvantagens e vulnerabilidade social das mulheres negras no que se refere ao trabalho doméstico é a recusa do Estado brasileiro e da sociedade em reconhecer seus direitos. Ainda que se tenham já garantidos na lei a assinatura da carteira de trabalho e alguns dos direitos trabalhistas para o emprego doméstico, essa categoria continua até os dias atuais sendo profundamente desrespeitada. Durante muito tempo, a luta das empregadas domésticas não foi tomada como um projeto dentro do movimento feminista tradicional. Nos últimos anos, entretanto, essa realidade tem se alterado e muitas organizações feministas uniram-se as feministas negras (a exemplo do Cfemea)⁵ com o intuito de somar esforços para mudar a legislação trabalhista em favor do trabalho doméstico, o que garantiu a esse setor alguns dos benefícios básicos que outras categorias profissionais já gozavam. Contudo, ainda há um longo caminho a percorrer.

Neste sentido, a mulher negra é profundamente afetada, porque o trabalho doméstico é sua principal fonte de renda. Lúcia Xavier, coordenadora geral da ONG Criola, chama nossa atenção para o fato de que “a grande maioria de nós intelectuais e ativistas negras e negros fomos criados e sustentados por trabalhadoras domésticas; somos uma geração de ativistas formados e instrumentalizados por estas mulheres” (trecho da entrevista com Lúcia Xavier, apud Santos, 2008).

As mulheres negras ainda sustentam suas famílias ganhando um terço ou a metade da renda familiar das mulheres brancas. Historicamente, elas têm assumido a posição de chefes de família numa proporção bem maior que as brancas, mesmo nos casos em que as primeiras vivem com o marido ou o parceiro. Um outro aspecto, o qual não se pode perder de vista, é o fato de que muitas famílias negras são chefiadas por um número crescente de lésbicas negras, nas quais a figura masculina seria ainda mais rara ou até inexistente. De acordo com o Dossiê Sobre a Situação das Mulheres Negras Brasileiras (AMNB, 2007):

As famílias chefiadas por mulheres correspondem a cerca de um terço, sendo que as mulheres afro-brasileiras representam 60% das famílias sem rendimento ou com rendimento mensal inferior a um salário mínimo (cerca de US\$ 180). Já entre as famílias com renda de três ou mais salários mínimos, a participação das chefiadas por mulheres negras cai para 29%. (p. 12)

Por fim, mesmo fora do trabalho doméstico, as mulheres negras têm denunciado experiências similares acerca da discriminação no ambiente de trabalho.

“As negras estão, em sua maioria, em postos de trabalho mais vulneráveis e precários e são minoria nos cargos de direção, gerência ou planejamento” (AMNB, 2007, p. 120). Desse modo, práticas discriminatórias como sexismo, racismo, lesbofobia, intolerância religiosa e violência sexual e psicológica podem ser identificadas num contexto mais amplo como situações que fazem parte do cotidiano de trabalho das mulheres negras brasileiras.

A realidade descrita nos parágrafos anteriores nos permite identificar o vínculo perverso entre a exploração do trabalho e a violação dos direitos sexuais e reprodutivos perpetrada pelo Estado e pela sociedade brasileiros contra as mulheres negras, compondo um cenário complexo de violência estrutural. Assim, se levarmos todas essas circunstâncias em consideração, poderemos compreender a magnitude do impacto do fracasso das leis e políticas públicas em proteger e garantir justiça social para as mulheres negras. Tal fracasso tem alimentado o silêncio e o descaso da sociedade para com esse segmento da população e, mais do que isto, tem impedido esse grupo de ter acesso a direitos e benefícios sociais, econômicos e políticos.

Sem sombra de dúvida, a discriminação no trabalho e no que se refere aos direitos e saúde sexuais e reprodutivos é uma questão crítica para as mulheres em geral, entretanto, esta tem constituído um problema ainda mais paradigmático com relação às mulheres negras porque muitas das conquistas sociais, econômicas e políticas (sobretudo na legislação) alcançadas pelo movimento feminista foram (e continuam) estruturadas de tal forma que somente a população branca, particularmente aquela com níveis educacionais e de classe mais elevados, ter condições de acesso a elas e usufruí-las de forma plena.

Através de seu estudo acerca do impacto da interseccionalidade das formas de discriminação – como raça e gênero – sobre as mulheres negras nos Estados Unidos, Kimberlé Crenshaw (2000) demonstrou a insuficiência e a ineficácia das leis para proteger mulheres negras (e outras não brancas), posto que os instrumentos legais não previam o julgamento de processos que se pautavam pela intersecção das discriminações de gênero e raça. Um exemplo utilizado por Crenshaw foi o da discriminação que essas mulheres sofriam no trabalho. A autora constatou que sexismo e racismo no ambiente de trabalho eram interpretados pelas cortes judiciais como questões distintas, de forma que, para estabelecer as diretrizes do processo na corte, ou este seguia a lógica de acusação de racismo ou a de sexismo, mas nunca as duas juntas. De fato, podemos ir mais adiante com esta análise e observar que as leis de uma forma geral também não estão preparadas para defender as mulheres contra a lesbofobia

e o heterossexismo – basta observar a situação de vulnerabilidade vivenciada pelas mães solteiras, lésbicas e trabalhadoras sexuais.

Finalmente, diante de tantos conflitos – por um lado, o feminismo não aceitava mudar sua agenda para pensar as hierarquias econômicas, de classe e racial e, por outro, o movimento negro não aceitava discutir a hierarquia de gênero, o patriarcado, a separação tornou-se inevitável. Em suma, a necessidade de sobrevivência e a recusa em continuar vivenciando processos excludentes e desumanizados podem ser apontadas como os objetos principais que têm orientado as ações políticas das feministas e ativistas negras no país. É no bojo dessas lutas que o movimento de ONGs de mulheres negras se constitui.

II. “Aglutinação”: ONGs de mulheres negras

Na citação que apresento na primeira página deste artigo, a feminista negra Jurema Werneck sinaliza que, apesar do “lado áspero” que permeia a vida das mulheres negras, estas também vivenciam um outro lado, o da “aglutinação”, que as representa como coletivo. As ONGs de mulheres negras representam uma parte desse coletivo e, como tal, podem ser pensadas dentro desta ideia de “aglutinação” – uma “aglutinação” organizada da sociedade civil. As organizações não governamentais de mulheres negras no Brasil têm representado importantes espaços políticos e de resistência contemporâneos na luta contra formas de opressão na sociedade, tais como racismo, sexismo, heterossexismo, lesbofobia, homofobia, discriminação de classe, intolerância religiosa e cultural, dentre outras. Essas organizações estão inseridas no contexto mais amplo do movimento social de ONGs no Brasil e na região latino-americana.

As ONGs no Brasil

De acordo com Leilah Landim (1988), a forma de organização que eventualmente seria identificada como ONG em meados dos anos 80 nasceu no Brasil no final dos anos 60, um período difícil da história brasileira devido à ditadura militar, que causava impacto direto sobre o movimento social por todo o país (p. 30). Várias décadas se passaram desde o surgimento das ONGs no país e na América Latina, contudo, estas continuam tendo papel fundamental no debate e na negociação entre Estado e sociedade civil – em níveis local, regional, nacional e global – desenvol-

vimento de estratégias de confrontamento das desigualdades raciais, de gênero, sociais, e de orientação sexual (Ramos, 2004), bem como da violência, dos entraves nas áreas de saúde, educação, emprego, dentre outros. Segundo Silvia Ramos (2004), as ONGs têm representado espaços alternativos no que se refere às práticas institucionais, a exemplo das universidades, igrejas e dos partidos de esquerda, ao mesmo tempo que têm estas três instituições como principais referências (p. 3). A autora argumenta ainda que estas organizações:

havam se tornado uma ‘realidade sociológica’ [...], apresentando características distintas [...], e delimitando um campo específico de construção de identidades que as diferencia de outras formas associativas, como os sindicatos, as associações de bairro ou os grupos de base religiosa ou política. (Ramos, 2004, p. 3) – (veja também Fernandes, 1988).

Ainda dentre as características marcantes das ONGs está o fato de não terem fins lucrativos; não exercerem atividades filantrópicas; serem políticas, mas não partidárias, e se caracterizarem como entidades não governamentais, mantendo, ao mesmo tempo, certas relações de cooperação e diálogo com instituições governamentais, agências e entidades internacionais (Ramos, 2004, p. 3-4). Em relação a essa última característica da cooperação das ONGs com o governo e entidades nacionais e internacionais, Sonia Alvarez et al (1998) problematizaram a rede de parcerias que estas organizações têm construído em torno delas, indicando “a complexa relação das ONGs latino-americanas com movimentos populares locais e círculos eleitorais, bem como com agências e fundações bilaterais, multilaterais e privadas, e ONGs transnacionais baseadas na América do Norte (p.17)”. Segundo os autores tais relações múltiplas e intrincadas transformaram-se em questões teóricas e políticas especiais para os movimentos da região e eram objeto de crítica entre muitas feministas, devido à vinculação de tais atores sociais (nacionais e internacionais) com políticas neoliberais e de globalização (Alvarez et al, 1998)⁶.

O fenômeno das ONGs no Brasil e na América Latina influenciou a produção de uma literatura interessante e aprofundada acerca de sua emergência e de seu papel no movimento social, da qual se destacam os trabalhos de Landim, 1988 e 2002; Fernandes, 1988; Fernandes e Carneiro, 1991; Oliveira, 2002; Dagnino, 2002; Alvarez, 2000 e Bebbington, 2002. Contudo, apesar dessa produção significativa acerca das ONGs no Brasil, ainda nos dias atuais não há estudos aprofundados sobre as ONGs de mulheres negras no país, bem como das ONGs negras num sentido geral. Para se ter uma ideia da ausência profunda dessas análises

o único material que encontrei foi produzido em 1988 por Caetana Damasceno, Micenio Santos e Sonia Giacomini, que organizaram a publicação “Catálogo de entidades de movimento negro no Brasil precedido de Um perfil das entidades dedicadas à questão do negro no Brasil” (1988).⁷ Por fim, ainda que apresentem especificidades, a identidade organizacional das ONGs de mulheres negras tem algumas estruturas comuns com as das ONGs em geral, devido ao fato de terem se originado durante o mesmo período sócio-histórico e político-econômico no Brasil e na América Latina.

Situando as ONGs de mulheres negras

Apesar da ausência de análises indicada na seção anterior, um exame sobre a história da formação das organizações não governamentais de mulheres negras evidencia que estas surgiram em sua maioria nas décadas de 1980 e 1990, compondo um vasto coletivo de ONGs negras e do movimento social no país. Na atualidade, essas organizações encontram-se engajadas em uma variedade de campos sociais e políticos representando diferenciados interesses da população afro-brasileira em geral, e em especial das mulheres negras, tais como controle social da população negra na saúde pública, políticas de ação afirmativa para mulheres e negros, organização de debates e estratégias para garantir o acesso dos afro-brasileiros ao emprego e moradia, reparação para comunidades de remanescentes de quilombos, discussão sobre a violência e a segurança pública, dentre outros.

Juntamente com outras expressões políticas do movimento social negro no país, tais como MNU e Unegro, as ONGs de mulheres negras têm representado um espaço onde as mulheres negras desenvolvem uma infraestrutura para construir alianças locais, regionais, nacionais e transnacionais; bem como produzem e trocam conhecimento e experiências com o intuito de criar estratégias políticas de sobrevivência e resistência contra a opressão (AMNB, 2001a; Werneck, 2003a; Werneck, 2004; Santos, 2005). Desse modo, a ausência de análises específicas sobre esse grupo reforça a importância deste artigo. O que precisamente define a identidade das ONGs de mulheres negras e que aspectos distinguem esse grupo de outras formas de organização e participação social e política na sociedade brasileira têm sido parte das questões centrais de minhas investigações. Minha pesquisa tem se debruçado sob as contribuições das ONGs de mulheres negras brasileiras no que se refere à luta contra a discriminação racial, sexual, de gênero e classe no campo da saúde.

O quadro 1 (grupos e organizações de mulheres negras no Brasil por região), anexado ao final deste

artigo, apresenta evidências do surgimento de organizações de mulheres negras desde os anos 50 e não deixa dúvidas acerca da presença política destas por todo o país. É importante ressaltar ainda que essas ONGs têm características bem diversificadas devido à localização regional, à orientação política e à identidade (vinculada a aspectos socioeconômicos, culturais, de orientação sexual, de afiliação religiosa etc), para além de serem internamente compostas por um corpo bem diversificado de ativistas que, por sua vez, refletem as características já enumeradas. Tal variedade leva inevitavelmente a tensões de ordem interna e externas (em relação a outras ONGs de mulheres negras, ONGs em geral e a outras formas de organização). Tais tensões aparecem nas dinâmicas de negociações e debates dentro e fora das organizações, e as considero importantes no sentido de que garantem a produção permanente de pensamento crítico e estratégias, o que é crucial para o enfrentamento das formas de discriminação e desigualdades no país. De fato, é através dessa dialética de acordos e desacordos, comum a qualquer movimento social, que as ONGs de mulheres negras têm definido e redefinido as formas de representação e participação das mulheres negras na sociedade brasileira. E, nesse sentido, faz-se urgente a produção de análises que revelem como esse processo tem se dado.

Em especial, do ponto de vista epistemológico, as tensões entre as ONGs de mulheres negras e outras organizações e setores sociais, bem como aquelas de ordem interna, têm se apresentado como elementos fundamentais no sentido de descortinar as formas pelas quais raça/racismo, gênero/sexismo, sexualidade/heterossexismo e discriminação de classe materializam-se nas relações cotidianas das mulheres negras e da comunidade negra. Nesse sentido, uma segunda questão teórica crucial que tem se apresentado para minhas análises acerca do papel das ONGs de mulheres negras no país é como essas organizações traduzem (e transformam) aquelas experiências de conflito (tensões) em estratégias concretas de luta, em ação política. A meu ver, alguns indícios para essa questão podem ser respondidos a partir do que denomino de perspectiva racial de gênero adotada pelas ONGs de mulheres negras. Tal perspectiva tem se revelado como exemplo de como um dado fundamental da realidade de opressão cotidiana (e histórica) das mulheres negras – a intersecção do sexismo e do racismo – foi decodificado e transformado em instrumento de ação política. Em outras palavras, na medida em que as feministas e ativistas negras constatarem que a natureza da opressão que elas experienciavam se dava de forma interseccional – ou seja, que elas eram vitimadas pela ação simultânea de sistemas de opressão tais como raça e gênero (e

que estes serviam de veículos para outras formas de opressão como classe e sexualidade) –, estas foram capazes de criar uma abordagem que desse conta de ler essa realidade, instrumentalizar a si próprias e ainda mobilizar os ‘outros’ (os homens, a população branca, os médicos, os operadores do direito e da política pública, etc.), que não só não experienciavam a discriminação da mesma forma que elas, mas que também eram produtores e reprodutores de tal opressão. Esta perspectiva racial de gênero será o objeto de reflexão da seção seguinte.

A perspectiva racial de gênero das ONGs de mulheres negras

A perspectiva racial de gênero está intimamente vinculada à natureza dos objetos de luta das ONGs de mulheres negras e se estabelece com a emergência e o desenvolvimento desse movimento no Brasil. Tal perspectiva tem demarcado um campo peculiar no que se refere à construção da identidade política e da estrutura social dessas organizações e ainda as tem distinguido de outros grupos da sociedade civil no país (Abong, 2005; Santos e Motta, 2005; Werneck, 2005b e 2006).

Quando menciono o termo racial de gênero, quero expressar que as feministas e ativistas negras têm se pautado por uma perspectiva que vai além de justapor raça e gênero. Mas ao contrário, o termo tenta dar conta do tipo de opressão que elas têm sofrido, e, por conseguinte, identificar o tipo de ação política que essas mulheres compreendem ser necessária à melhoria da qualidade de vida delas, e da população negra. Assim, a perspectiva racial de gênero identifica (e denuncia) que a intersecção de raça e gênero produz situações de opressão, bem como demandas específicas, que são distintas daquelas produzidas pela atuação “somente” do racismo ou “somente” do gênero. Tal condição singular coloca as mulheres negras desprotegidas e em desvantagem social tanto do ponto de vista dos mecanismos de proteção contra a discriminação de gênero quanto do ponto de vista dos mecanismos de proteção contra a discriminação racial, como já havia exemplificado na parte II deste artigo (Crenshaw, 1995 e 2000; Werneck, 2001a e 2006).

A seguir, apresento alguns dos principais esforços e investimentos políticos das ONGs de mulheres negras no que se refere ao fomento de políticas públicas sob o viés dessa perspectiva racial de gênero no Brasil (Werneck, 2006). Segundo Ramos (2004), o ativismo das ONGs tem exercido papel importante no desenvolvimento das políticas de saúde nas últimas três décadas e, nesse sentido, a autora enfatiza que as ONGs de mulheres negras estão entre as principais organizações

em promover a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres negras e da população negra (ver Lopes, 2004; Oliveira, 1999; Oliveira, 2003; Roland, 1995; Roland, 1999; Roland, 2001; Roland, 2006; Werneck, 2001b; Werneck, Mendonça e White 2000).

O movimento de mulheres negras vem de uma longa tradição no que diz respeito à promoção e à elaboração de estratégias de intervenção na área de políticas públicas em saúde. Nos anos 60, 70 e 80, ele debatiam contra forças sociais poderosas da sociedade brasileira, tais como o Estado, a Igreja, e os militares, objetivando interromper o controle e os abusos sobre a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres brasileiras, que tinham um impacto devastador sobretudo sobre as mulheres negras e de camadas populares. As ações do grupo foram também fundamentais na elaboração e implementação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (Paism), que, apesar de até hoje não ter sido completamente implantado pelo governo, é na atualidade a base das políticas públicas e programas em áreas como saúde da mulher e saúde materno-infantil (Oliveira, 1998).

Na maioria das vezes, a população negra tem experienciado situações traumáticas e de profundo desrespeito aos direitos humanos nos serviços de saúde; e confrontado histórica e cotidianamente o racismo institucional (bem como o sexismo, o heterossexismo). Tais circunstâncias, aliadas a situações socioeconômicas adversas – pobreza, segregação racial e residencial, baixa formação educacional, baixos salários ou desemprego – e aos agravos decorrentes de doenças raciais/étnicas (anemia falciforme, hipertensão arterial, diabetes tipo II, dentre outras), têm colocado a população negra em profunda situação de vulnerabilidade e desigualdade (ver Lopes, 2004; Oliveira, 1999; Oliveira, 2003; Werneck, Mendonça, e White, 2000). Uma das principais tarefas das ONGs de mulheres negras desde o seu surgimento na sociedade brasileira, tem sido o de intervir e auxiliar na implementação de políticas públicas de saúde além de questioná-las e apresentar propostas necessárias, que reverter esse quadro. Alguns exemplos dessas estratégias são: (a) o investimento no controle social da saúde da população negra e em projetos que ajudem-na esta população a navegar pela burocracia do Sistema Único de Saúde (SUS) e compreender como funcionam suas leis, regras e como ter acesso, e exigí-los, direitos à saúde através do sistema; (b) a elaboração e a implementação da política de saúde da população negra que tem servido de base e orientação no trato deste segmento populacional; (c) a promoção de cursos, workshops, campanhas, debates, protestos e publicações com o intuito de conscientizar a população brasileira acerca dos problemas e desigualdades no sistema de saúde,

Outra dimensão importante das estratégias políticas das ONGs de mulheres negras tem sido a formação de alianças com outros segmentos e organizações do movimento social brasileiro. A partir dessas parcerias, essas ONGs mobilizam setores da sociedade civil organizada e o público em geral para que estes apoiem suas demandas em termos de novos programas e políticas que atendam às necessidades da comunidade negra e das mulheres. Assim, tal conjunto de ações políticas desenvolvidas por essas ONGs – mobilizando o Estado, a sociedade e a comunidade negra na luta por igualdade racial e de gênero – constitui o que denomino de perspectiva racial de gênero. Um último aspecto que gostaria de abordar é o da dimensão afro-diaspórica dessa perspectiva, tema da próxima seção.

A perspectiva racial de gênero no contexto da diáspora Africana: as alianças políticas entre mulheres negras brasileiras e outras mulheres afro-descendentes

As ONGs de mulheres negras brasileiras fazem parte das irmandades contemporâneas de mulheres afro-brasileiras, afro-latinas e da Diáspora Africana como um todo. Estas têm sido forças fundamentais na luta antirracista, bem como na organização e reorganização dos afro-descendentes no país e no mundo. Nesse sentido, faz-se necessário enfatizar o potencial das contribuições deste antirracismo feminista para o confronto das desigualdades raciais e de gênero, dentre outras formas de intolerância. Um exemplo vivo desse potencial pode ser visto nas contribuições das feministas negras brasileiras em aliança com outras afro-descendentes, dentre os quais as ONGs de mulheres negras, durante a Conferência de Durban, na África do Sul, em 2001. A ação política dessas mulheres foi vital no que se refere à mobilização nacional e internacional das afro-descendentes – bem como de vários outros atores sociais e instituições – para pensar as formas pelas quais o racismo operava historicamente pelo mundo. Essa reflexão permitiu que o racismo fosse discutido e entendido em sua dimensão global, como uma construção histórica que tem influenciado a produção, a distribuição e a reprodução da riqueza e do poder nas sociedades e entre as nações (AMNB, 2001b; Bairros, 2002; Bentes, 2002; Crenshaw, 2002; Carneiro, 2002; Carneiro, 2003; Carneiro, 2005; Curiel, 2003; Werneck, 2003b). Mais do que isto, as mobilizações das afro-descendentes, em encontros internacionais como em Durban em 2001 e os encontros feministas latino-americanos e do Caribe que se iniciaram em 1980 (Iraci, 2005a e 2005b e Werneck, 2005), têm trazido para o centro do ativismo negro o diálogo entre duas dimensões importantes do antirracismo:

por um lado, a ação antirracista produzida a partir da academia, a exemplo dos estudos realizados pela afro-americana Kimbérle Crenshaw e a afro-dominicana Ochy Curiel e, por outro, a ação antirracista produzida no interior do movimento social das mulheres negras, como o surgimento da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) e da Red Afrolatina y Caribena de Mujeres, dentre outras.

Em particular, no que se refere ao antirracismo originado na academia, os estudos de Kimberlé Crenshaw (2002) acerca da interseccionalidade são instrumentos de análise fundamentais (antes, durante e pós-Conferência de Durban em 2001) para a investigação dos efeitos do racismo e de sua intersecção com outros sistemas de dominação (tais como gênero, classe e sexualidade), nas condições de vida e status das mulheres negras (e outras não-brancas). A análise de Crenshaw acerca da interseccionalidade representa um instrumento teórico, epistemológico e metodológico que tem possibilitado que feministas afro-descendentes de distintas regiões geográficas da Diáspora comparem e discutam suas experiências, estratégias e ações políticas no confronto dos sistemas de dominação, em particular, raça, gênero, classe e sexualidade. De semelhante envergadura, são as análises de Ochy Curiel (2003) que trazem para a discussão do antirracismo feminista a perspectiva das lésbicas negras, produzindo um aporte teórico-epistemológico, metodológico e político que nos permitiu pensar e investigar os efeitos do racismo, do sexismo, da dominação econômica e de classe em interface com a sexualidade e o heterossexismo, que não só causam impacto sobre mulheres lésbicas, mas também as mulheres como um todo, sobretudo as negras, devido ao agravante do racismo.

Quanto à ação antirracista produzida pelas feministas e ativistas negras, o exemplo da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) é bastante significativo (ver AMNB, 2003; Werneck, 2003a). A AMNB⁸ foi fundada em setembro de 2000 e é atualmente formada por 23 organizações oriundas de diferentes regiões brasileiras. Ela foi criada com o objetivo inicial de auxiliar na ação política das mulheres afro-brasileiras durante o processo de realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (África do Sul, 2001). Após a conferência, a AMNB estabeleceu-se institucionalmente no país e passou a ocupar-se do monitoramento das recomendações e do plano de ação originados em Durban em 2001. E ainda da promoção de uma série de ações e atividades de combate ao racismo, ao sexismo, à lesbofobia, dentre outras formas de discriminação no Brasil. Outro exemplo desta ação antirracista feminista é a Red Afrolatina y Caribena de Mujeres, da qual muitas

Quadro 1: Grupos e organizações de mulheres negras no Brasil por região⁹

1950	Região Sudeste Conselho Nacional de Mulheres Negras/RJ	
1970	Região Sudeste 1978 – Reunima – Reunião de Mulheres Negras Aquatume/R	
1980	Região Nordeste 1986 – Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa/ MA 1986 – Saci – Sociedade Afro-sergipana de Estudos e Cidadania/Aracaju,SE 1988 – Grupo de Mulheres do Alto das Pombas de Salvador/ BA Região Sul 1987 – Maria Mulher – Organização de Mulheres / Porto Alegre/RS	Região Sudeste 1980 – Luiza Mahin (MNU)/RJ 1980 – GMN – Grupo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro/ RJ 1982 – Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo/SP 1983 – Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras/RJ 1983 – Fala Mulher Meriti/RJ 1985 – Centro de Mulheres de Favela e Periferia do Rio de Janeiro/RJ 1986 – Coletivo de Mulheres da Baixada Santista – Santos/ SP 1986 – Coletivo de Mulheres Negras/ MG 1988 – Geledés – Instituto da Mulher Negra/ SP 1989 – Comissão de Mulheres Negras de Campinas/SP
1990	Região Norte 1999 – Imena – Instituto de Mulheres Negras do Amapá/AP Região Nordeste 1992 – Coletivo de Mulheres Negras de Salvador/ BA 1994 – Coletivo de Mulheres Negras Esperança Garcia/ PI- PI Região Sul 1990 – Acmun – Associação Cultural de Mulheres Negras/Porto Alegre/ RS 1992 – Grupo Oduduwa/ RS 1995 – Coletivo de Mulheres Negras/MS	Região Sudeste 1990 – Comissão de Mulheres Negras de Campinas/SP 1990 – Casa de Cultura da Mulher Negra/ Santos, SP 1991 – Bloco Afro Oriashé/ SP 1992 – Criola/RJ 1994 – Cedoicom – Centro de Documentação Coisa de Mulher/ RJ 1994 – E'lélékò Gênero Desenvolvimento e Cidadania/RJ 1995 – Associação de Mulheres Negras Oborin Dudu/ES 1997 – Fala Preta! Organização de Mulheres Negras/ SP Região Centro-Oeste 1990 – Coletivo de Mulheres Negras do Distrito Federal/ DF 1991 – Grupo de Mulheres Negras Dandara do Cerrado/ GO (grupo surgiu em 1991, e como ONG em 2002) 1999 – Grupo de Mulheres Negras Malunga/ Góiania, GO
2000	Região Norte 2005 – Imune – Instituto da Mulher Negra/ PA Região Nordeste 2001 – Bamelé – Organização de Mulheres Negras/ PB 2003 – Institutos Negras do Ceará/CE 2003 – Uiala Mukaji – Sociedade de Mulheres Negras/PE 2003 - Omin Grupo de Mulheres Negras Maria do Egito/SE	Região Sudeste 2001 – Grupo de Mulheres Negras Felipa de Sousa/RJ 2003 – Minas da Cor/SP 2004 – Mulheres de Kêto – Sociedade Lésbica Feminista/SP 2005 – Instituto Kuanza/SP
Sem Data	Região Norte Cedenpa – Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará/ Belém,PA Região Nordeste Ialodê – Centro de Referência da Mulher Negra/BA Ifaradah/PI Kilombo/RN	Região Sul Casa da Mulher Catarina/Florianópolis, SC Região Sudeste Caces – Centro de Atividades Culturais, Econômicas e Sociais/ RJ Amma Psique e Negritude/ SP

9 Fontes: quadro organizado a partir de material coletado no trabalho de campo da pesquisa de doutorado; e de Lemos, Rosália (1997); Shumbe, Chuma – no Brasil, África V. (2007). O quadro reflete os dados que nos foram passados coletados a partir das fontes citadas, entretanto, estas

ONGs de mulheres negras brasileiras são integrantes. Essa rede foi criada em 1992, a partir da necessidade de confrontar a situação de exclusão vivida pelas mulheres negras na América Latina e no Caribe, e ainda pela demanda dessas mulheres para incidir de forma organizada, através de uma visão regional, sobre instâncias governamentais e de Estado no que se referia à elaboração e à implementação de políticas públicas dirigidas a elas. Por fim, através do estudo das ONGs de mulheres negras, tenho buscado discutir e produzir, à luz das perspectivas acadêmica e política, instrumentos teóricos e metodológicos de análise do antirracismo feminista no Brasil, na Diáspora Afro-Latino-Americana e na Diáspora Africana como um todo, bem como das experiências das mulheres negras com o racismo (e o sexismo), as quais geraram (e têm gerado) ações políticas, estratégias e políticas desenvolvidas por feministas e ativistas negras.

Conclusão

Neste artigo pretendi analisar a presença e a ação políticas das organizações não governamentais

(ONGs) de mulheres negras no Brasil. Primeiramente, examinei os objetos centrais de suas lutas e ações políticas e como tais objetos estavam vinculados às razões que levaram ao processo de emancipação das mulheres negras dos movimentos negro e feminista, culminando na subsequente formação do feminismo negro (eixo central pelo qual essas organizações constituem a sua identidade política), bem como da formação do movimento de mulheres negras em geral. A partir desta análise, foi possível perceber as profundas e irreconciliáveis divergências políticas existentes entre as mulheres negras e aqueles dois outros movimentos. Na segunda parte, o artigo examina os aspectos político-organizacionais e a ação política desse grupo de ONGs na sociedade brasileira. E discute os investimentos dessas organizações na construção de uma perspectiva racial de gênero – tanto do ponto de vista nacional quanto da Diáspora Africana, como estratégia de ação e intervenção políticas nos processos socioeconômicos e políticos que têm produzido desigualdades raciais e de gênero no país e no mundo. Espero que esta análise contribua para um melhor entendimento dessas organizações de mulheres no Brasil e, em especial, do papel que têm desempenhado para garantir a cidadania plena das mulheres negras e da população negra no país.

Referências

ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais). Cadernos ABONG, n. 32 (A Abong na 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial), 2005.

ALVAREZ, Sonia. A “globalização” dos feminismos latino-americanos. In: ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Orgs.). Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). Cultures of politics/ politics of cultures: re-visioning Latin American social movements. Boulder, Co: Westview, 1998.

AMNB (Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras). Mulheres negras: um retrato da discriminação no Brasil. Brasília: Dados e Informações, 2001.

_____. Nós, mulheres negras: diagnóstico e propostas da articulação de ONGs de mulheres negras brasileiras rumo à III Conferência Mundial contra o Racismo, 2001.

_____. Dossiê sobre a situação das mulheres negras brasileiras. São Paulo: AMNB, 2007.

ANDRADE, Raquel B. de. “Enegrecendo o feminismo” ou “feminizando a race”: narrativas de libertação em An-

cia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

BAIROS, Luiza. III Conferência Mundial contra o Racismo. Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p.169-170, 2002.

BARR, Epsy Campbell. El impacto económico del racismo y sexismo sobre las mujeres afrodescendientes de América Latina y el Caribe. SEMINARIO POBREZA Y EXCLUSION DE LOS PUEBLOS Y MUJERES AFRO-DESCENDENTES, 2003, La Paz.

BEBBINGTON, A. Reflexões sobre a relação norte-sul na construção de conhecimentos sobre as ONGs na América Latina. In: HADDAD, S. (Org.). ONG e universidades: desafios para a cooperação na América Latina. São Paulo: Editora Fundação Petrópolis, 2002.

BENTES, Nilma. Brasil Durban Brasil: um marco da luta contra o racismo. Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p. 229-236, 2002.

BERNARDO, Teresinha. Negras, mulheres e mães: lembranças de Olga de Alaketu. São Paulo: Pallas, 2003.

CALDWELL, Kia Lilly. The black women's movement. In: Negras in Brazil: Re-envisioning black women, citizenship, and the politics of identity. Piscataway, NJ: Rutgers University Press, 2007.

- _____. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.
- _____. Nosso olhar transforma o mundo. *Revista da AMNB*, 2003.
- _____. Ennegrecer al feminismo: la situación de la mujer negra en América Latina desde una perspectiva de género. *Nouvelles Questions Féministes*, v. 24, n. 2 (Edición especial en castellano América Latina y el Caribe: Feminismos disidentes en América Latina y el Caribe), p. 21-26, 2005.
- CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: intersectionality, identity, politics, and violence against women of color. In: _____ et al. *Critical race theory: key writings that formed the movement*. New York: The New Press, 1995.
- _____. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. In: JAMES, Joy; SHARPLEY-WHITING, T. Denean (Eds.). *The black feminist reader*. Oxford/Malden, Mass: Blackwell, 2000.
- _____. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p.171-188, 2002.
- CURIEL, Ochy. Identidades essencialistas o construccion de identidades politicas: el dilema de las feministas negras. *Creatividad feminista*, 2003. Disponível em: <www.creatividadfeminista.org/articulos/fem_2003_negras.htm>. Acesso em: 24.jan.2006.
- DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DAMASCENO, Caetana; SANTOS, Micenio; GIACOMINI, Sonia. Catálogo de entidades de movimento negro no Brasil: precedido de um perfil das entidades dedicadas à questão do negro no Brasil. *Comunicações do ISER*, n. 29, p. 1-27, 1988.
- FERNANDES, Rubem C. Sem fins lucrativos. In: LANDIM, Leilah (Org.). *Sem fins lucrativos: as organizações não-governamentais no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, 1988.
- FERNANDES, Rubem C.; CARNEIRO, Leandro P. NGOs in the nineties. A survey of their Brazilian leaders. Rio de Janeiro: ISER, 1991.
- GONZALEZ, Lelia. O movimento negro na última década. In: _____; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- INCITE! – Women of Color Against Violence. *The revolution will not be funded: beyond the non-profit industrial complex*. Cambridge, MA: South End Press, 2007.
- IRACI, Nilza. 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe: a coisa ficou preta! In: *ENCONTRO FEMINISTA LATINO-AMERICANO E DO CARIBE*, 10, 2005a, São Paulo. Disponível em: <www.10feminista.org.br/pt-br/node/106>. Acesso em: 10.jan.2006.
- _____. X Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe: Negros tempos para o feminismo. 10º ENCONTRO FEMINISTA LATINO-AMERICANO E DO CARIBE
- JAMES, Joy. *Shadowboxing : representations of black feminist politics*. NewYork: Palgrave, 1999.
- JOAQUIM, Maria Salete. *O papel da liderança religiosa feminina na construção da identidade negra*. Rio de Janeiro/São Paulo: Pallas/Educ, 2001.
- LANDIM, Leilah (Org.). *Sem fins lucrativos: as organizações não-governamentais no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, 1988.
- _____. Múltiplas identidades das ONGs. In: Haddad, Sergio (Org.). *ONG e universidades: desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo: Editora Fundação Petrópolis, 2002.
- LEMONS, Rosalia O. *Feminismo negro em construção: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro*, 1997. Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- LOPES, Fernanda. *Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: tópicos em saúde da população negra no Brasil [Texto para discussão]*. Brasília: Unesco, 2004.
- OLIVEIRA, Fátima. *Oficinas: mulher negra e saúde*. Belo Horizonte: Mazza, 1998.
- _____. O recorte racial/étnico e a saúde reprodutiva: mulheres negras. In: GIFFIN, Karen; COSTA, Sarah H. (Orgs.). *Questões de saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1999.
- _____. *Saúde da população negra: Brasil ano 2001*. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco de. Entre a complexidade e o reductionismo: para onde vão as ONGs da democratização? In: HADDAD, Sergio (Org.). *ONG e universidades: desafios para a cooperação na América Latina*. São Paulo: Editora Fundação Petrópolis, 2002.
- PERRY, Keisha-Khan Y. The roots of black resistance: race, gender and the struggle for urban land rights in Salvador, Bahia, Brasil. *Social Identities*, v. 10, n. 6, p. 811-831, 2004.
- _____. Social memory and black resistance: black women and neighborhood struggles in Salvador, Bahia, Brasil. *The Latin Americanist*, v. 49, n. 1, p. 7-38, 2005.
- RAMOS, Silvia. O papel das ONGs na construção de políticas de saúde: a Aids, a saúde da mulher e a saúde mental. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 9, n. 4, p. 1067-1078, 2004.
- ROLAND, Edna. Direitos reprodutivos e racismo no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 506-514, 1995.
- _____. The soda cracker dilemma: reproductive rights and racism in Brazil. In: REICHMANN, Rebecca (Org.). *Race in contemporary Brazil: from indifference to inequality*. University Park, Pa: The Pennsylvania State University Press, 1999.
- _____. *Saúde reprodutiva da população negra no Brasil: um campo em construção. Perspectivas em saúde e direitos reprodutivos*, v. 2, n. 4, p. 17-23, 2001.
- _____. *Saúde reprodutiva da população negra no Brasil*

20.jan.2006.

SANTOS, Eliane dos. Aparência e auto-estima: um estudo de caso do grupo Criola, 2002. Rio de Janeiro, 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SANTOS, Sônia B. dos. Criola and the struggle against racism and patriarchy. Alliance news, n. 24, 2005.

_____. Brazilian black women's NGOs and their struggles in the area of sexual and reproductive health: experiences, resistance, and politics. Austin, Tx, 2008. Tese (Doutorado em Antropologia) – University of Texas at Austin.

_____.; MOTTA, Athayde. Raça e gênero: lições para o Estado e a sociedade. A Abong na 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Cadernos Abong, n. 32, p. 25-27, 2005.

SHUMAHAR, Schuma; BRASIL, Érico Vital. Mulheres negras do Brasil. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

SOUZA, Andréia Lisboa de C.; EVARISTO, Conceição (Orgs.). Ôro Obirin: Lélia Gonzalez – 1º Prêmio Literário e Ensaístico sobre a Condição da Mulher Negra. Rio de Janeiro: Criola e Conceição Evaristo, 1998.

THEODORO, Helena. Mito e espiritualidade: mulheres negras. Rio de Janeiro: Pallas, 1996.

XAVIER, Lúcia M. Cotidiano de violência. Relatório DHESC: Consejo Economico y Social, 2003.

_____. Superar o racismo também é um problema de saúde pública. Saúde e Direitos Humanos, ano 1, n. 1, p. 35-40, 2004.

WERNECK, Jurema. Conhecimento, poder e gênero: o desafio das Yalodês. Rio de Janeiro, 2000. Dissertação (Mestrado, Ciências em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

_____. A vulnerabilidade das mulheres negras. Jornal da

Rede Saúde, n. 23, p.1-9, 2001a.

_____. Saúde da mulher negra. Cadernos Criola, n. 1, 2001b.

_____. Da diáspora globalizada: notas sobre os afro-descendentes no Brasil e o início do século XXI. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

_____. Editorial. Articulação de Mulheres Negras (AMNB). Brasil, 2003a.

_____. O dia seguinte: a Conferência Mundial contra o Racismo e suas consequências. Revista da AMNB, 2003b.

_____. De Ialodês y feministas: reflexões sobre la acción política de las mujeres negras en América Latina y el Caribe. Feminismos disidentes en América Latina y el Caribe. Nouvelles Questions Féministes, v. 24, n. 2, p. 24-40, 2005a.

_____. Inclusão racial e gênero: desafio ou pressuposto da política pública? A Abong na 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Cadernos Abong, n. 32, 2005b.

_____. Incorporação das dimensões de gênero e de igualdade racial e étnica nas ações de combate à pobreza e à desigualdade: a visão da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras. Rio de Janeiro: AMNB, 2006.

_____.; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn C. (Orgs.). O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas, Criola e Global Exchange, 2000.

YEMONJÁ, Mãe Beata (Beatriz M. da Costa). Caroço de Dêde: a sabedoria dos terreiros. Como ialorixás e babalorixás passam conhecimentos a seus filhos. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

Black Women's NGOs in Brazil

Abstract

This article aims to analyze black women's non-governmental organizations (NGOs) in Brasil. First, I identify which are the objects of the collective struggle of black women in Brasil, and how they relate to the process of emancipation of black women from the black and feminist movements, culminating in the subsequent formation of the black feminism (and of the black women movement). The second part discusses the political and organizational aspects, and the political action of this group of NGOs in the Brazilian society. In particular, it look at what I called as gendered racial perspective of black women's NGOs; this perspective reflects a singular condition of oppression – i.e., the intersection of race, gender (and class, sexuality) – that this group have experienced. It concludes addressing the African diasporic dimension of these Afro-Brazilian women's gendered racial perspective.

Key-words: Brazilian black women non-governmental organizations; NGOs; black feminism; race, gender.

Las ONG de mujeres negras en Brasil

Resumen

Este artículo analiza la presencia y la acción política de las Organizaciones No Gubernamentales (ONG) de mujeres negras en Brasil. En la primera parte, identifico cuáles fueron los objetos de la lucha colectiva de las mujeres negras en Brasil y cómo ellos se vinculan al proceso de emancipación de las mujeres de los Movimientos Negros y Feministas, culminando en la subsecuente formación del Feminismo Negro (y del Movimiento de Mujeres Negras). En la segunda parte se discute los aspectos político-organizacionales y la acción política de este grupo de ONG en la sociedad brasileña. En particular, analizo lo que denominé de perspectiva racial de género de las ONG de mujeres negras; tal perspectiva refleja la singular condición de opresión -o sea, la intersección de raza, género (y clase, sexualidad)- vivida por ese grupo. Concluyo el artículo discutiendo la dimensión diaspórica de la perspectiva racial de género de las mujeres negras brasileñas.

Palabras clave: organizaciones no gubernamentales de mujeres negras brasileñas; ONG; feminismo negro; raza; género.

Data de recebimento do artigo: 13-03-2009

Data de aprovação do artigo: 22-09-2009